

## Falta de saneamento está relacionada a política de exclusão social, diz pesquisador

(Não Assinado)

19.05.2008 | Atualizado 20:33hs

Agência Brasil

A falta de acesso a serviços de saneamento básico atinge principalmente a população mais pobre, de acordo com os "dados da pesquisa" Saúde e Saneamento, divulgada hoje (17) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) José Ferris o fato está relacionado a uma política de exclusão social.

"Isso é um reflexo de toda essa política de exclusão social, quer dizer, a população de baixa renda tem muito menos acesso a esses serviços e é muito mais penalizada por estar exposta a doenças originárias dessa falta de saneamento", ressaltou o pesquisador.

Os dados da pesquisa mostram que o acesso à rede de esgoto varia de um índice de 25,57% para as pessoas sem nenhum ano de instrução para 70,83% entre a população com 12 ou mais anos de estudo.

Outro indicativo dessa desigualdade é que apenas 17,55% da população sem acesso a saneamento pleno possui plano de saúde privado, contra 35,48% do restante da população.

José Ferris destacou que a falta de saneamento traz dois tipos de prejuízos: a perda financeira para o tratamento no sistema de saúde e a queda da produtividade devido ao afastamento de pessoas do trabalho em virtude de doenças adquiridas.

A probabilidade de hospitalização, por exemplo, foi de 7,37% na população sem saneamento, enquanto a população com acesso à rede de esgoto teve uma chance de 6,62% de necessitar do mesmo tipo de tratamento, indicou o estudo da FGV.

A falta de políticas públicas de saneamento básico é a principal razão para os problemas indicados pela pesquisa, na opinião de José Ferris. "Desde o final dos anos 80, quando o Planasa (Plano Nacional de Saneamento) foi extinto, o Brasil teve uma taxa de investimento muito pequena em saneamento e essa taxa só começou a se recuperar nos últimos anos, a partir de 2002", explicou o pesquisador.

Para ele, é importante a criação de mecanismos fiscais para estimular os investimentos das companhias de saneamento estaduais e também das concessionárias privadas e a definição de regras claras para o reajuste de preços dos serviços de saneamento.